

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de serviços de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica, com 02 (dois) links de 100 Mbps e 01 (um) link de 150 Mbps, com banda simétrica, IP público fixo (IPv4) e alta disponibilidade, para atendimento da Prefeitura Municipal de Tarumã.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica, destinados a atender às demandas administrativas, educacionais e operacionais da Prefeitura Municipal de Tarumã, conforme especificações, quantidades, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

| Item | Unidade | Quantidade | Descrição |
|------|---------|------------|--|
| 1 | UN | 2 | Fornecimento de Link Dedicado de Acesso à Internet, com velocidade mínima garantida de 100 Mbps, banda simétrica (download e upload), 100% dedicada, sem compartilhamento com outros clientes, por infraestrutura em fibra óptica, com fornecimento de 06 (seis) endereços IP públicos fixos no padrão IPv4 cada link. |
| 2 | UN | 1 | Fornecimento de Link Dedicado de Acesso à Internet, com velocidade mínima garantida de 150 Mbps, banda simétrica (download e |



| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | upload), 100% dedicada, sem compartilhamento com outros clientes, por infraestrutura em fibra óptica, com fornecimento de 06 (seis) endereços IP públicos fixos no padrão IPv4. |
|--|--|--|---|

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada a vantagem econômica para a Administração, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, permitindo o julgamento das propostas pelo critério de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)



- 4.1. O serviço deverá consistir no fornecimento de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica, com banda simétrica (download e upload), 100% dedicada, sem compartilhamento de banda com outros clientes;
- 4.2. Deverão ser disponibilizados 02 (dois) links de 100 Mbps e 01 (um) link de 150 Mbps, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;
- 4.3. Os 03 (três) links dedicados deverão ser instalados em endereço único, localizado no Centro de Tecnologia da Informação (CETEC) da Prefeitura Municipal de Tarumã, situado na Rua das Andorinhas, nº 366, Vila das Árvores, CEP 19820-090, Tarumã/SP.
- 4.4. O serviço deverá garantir alta disponibilidade, desempenho e redundância compatíveis com a criticidade das aplicações da Contratante, assegurando a continuidade da comunicação de dados mesmo em situações de falha parcial da rede.
- 4.5. A redundância dos links deverá ser implementada no mesmo endereço físico definido neste Termo de Referência, correspondente ao Centro de Tecnologia da Informação (CETEC), visando garantir a continuidade e alta disponibilidade dos serviços prestados à Contratante.
- 4.6. Cada link deverá contar com o fornecimento de 06 (seis) endereços IP públicos fixos no padrão IPv4, destinados à integração de sistemas, acesso remoto seguro e demais serviços institucionais;
- 4.7. O acesso deverá ser prestado exclusivamente por infraestrutura em fibra óptica, desde o ponto de presença da Contratada até o local de entrega do serviço, não sendo admitidas soluções baseadas em enlaces rádio;
- 4.8. A Contratante não poderá sofrer limitação quanto ao volume de dados trafegados (franquia), nem quanto ao conteúdo das informações transmitidas.
- 4.9. A solução proposta deverá ser compatível com a infraestrutura de rede atualmente existente da Contratante, permitindo sua integração e operação sem a necessidade de alterações estruturais significativas, nos termos definidos neste Termo de Referência.
- 4.10. A instalação deve ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias da data de recebimento pela Contratada da autorização para início dos serviços.
- 4.11. A solução deverá permitir, quando aplicável, integração com protocolos de roteamento dinâmico compatíveis com a infraestrutura da Contratante, inclusive BGP ou protocolos equivalentes.



- 4.12. Deverá ser garantida a integralidade da banda Contratada, com desempenho compatível com aplicações corporativas, incluindo sistemas online, telefonia VoIP, serviços de monitoramento e rede wi-fi;
- 4.13. A Contratada deverá fornecer, instalar, configurar e gerenciar os roteadores necessários à operação dos links dedicados, garantindo plena conectividade da rede da Contratante à internet.
- 4.14. Os equipamentos deverão possuir capacidade compatível com a velocidade contratada e suportar o tráfego de dados sem degradação de desempenho, atendendo às normas técnicas aplicáveis e às regulamentações da ANATEL.
- 4.15. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá disponibilizar para análise as configurações dos roteadores instalados no ambiente da Contratante.
- 4.16. A disponibilidade média mensal do serviço deverá ser de, no mínimo, 99,5%, com taxa de perda de pacotes inferior a 2% e latência média de até 40 ms, medida entre o ponto de presença da Contratada e o ponto de entrega do serviço na Contratante.
- 4.17. Deverá ser disponibilizado suporte técnico especializado em regime 24x7, incluindo canais para abertura de chamados e acompanhamento das ocorrências;
- 4.18. A Contratada deverá realizar o monitoramento contínuo da conexão, com identificação de falhas e degradações, bem como comunicar previamente à Contratante sobre paradas programadas;
- 4.19. A Contratada deverá disponibilizar à Contratante acesso a portal web de gerenciamento, permitindo o acompanhamento da disponibilidade e utilização dos links, contendo, no mínimo: identificação do circuito, velocidade contratada, tráfego de entrada e saída, taxa média de utilização do link (throughput) e gráficos detalhados de utilização de banda.
- 4.20. Toda a infraestrutura necessária à prestação do serviço, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, instalação, configuração, operação e manutenção, deverá ser fornecida sem ônus adicional para a Contratante;
- 4.21. A Contratada deverá possuir autorização válida da ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);
- 4.22. A Contratada deverá ser provedora de backbone próprio ou comprovar possuir, no mínimo, 02 (dois) contratos ativos de trânsito IP com provedores de backbone distintos, garantindo redundância e adequada capacidade de acesso à internet.
- 4.23. A execução do serviço deverá observar integralmente as disposições do Edital de Licitação, deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar que o fundamenta,



da proposta apresentada e da Lei nº 14.133/2021, assumindo a Contratada todos os riscos e responsabilidades decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

- 5.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, em razão de se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, considerando o atendimento integral às especificações técnicas e aos requisitos estabelecidos neste instrumento.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

- 6.1. A execução do objeto dar-se-á por meio da prestação contínua dos serviços de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica, conforme as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 6.2. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá realizar a ativação dos links, compreendendo todas as etapas necessárias à plena operação do serviço, incluindo fornecimento de infraestrutura, instalação, configuração e testes de funcionamento, observada a compatibilidade com a infraestrutura de rede existente da Contratante, sem ônus adicional para a Contratante. A instalação e ativação dos serviços deverão ser concluídas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da autorização para início dos serviços emitida pela Contratante. Os serviços deverão ser implantados e ativados no Centro de Tecnologia da Informação (CETEC), localizado na Rua das Andorinhas, nº 366, Vila das Árvores, CEP 19820-090, Tarumã/SP.
- 6.3. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, durante todo o período de vigência contratual, assegurando os níveis de desempenho, disponibilidade e qualidade previstos no Acordo de Nível de Serviço (SLA).
- 6.4. Eventuais paradas programadas para manutenção deverão ser previamente comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 07 (sete) dias, não



podendo comprometer o funcionamento das atividades administrativas, educacionais e operacionais do Município.

- 6.5. Em caso de falhas, interrupções ou degradações do serviço, a Contratada deverá iniciar o atendimento técnico dentro dos prazos definidos em SLA, adotando todas as medidas necessárias para a rápida normalização do serviço, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.
- 6.6. O prazo máximo para solução de falhas ou interrupções do serviço será de até 06 (seis) horas a partir da abertura do chamado técnico, excetuando-se configurações de roteamento e QoS, cujo prazo máximo será de até 04 (quatro) horas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, que deverá(ão) verificar a regular prestação dos serviços de link dedicado de acesso à internet, observando a conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço (SLA), prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.1.2. Caberá à fiscalização acompanhar a disponibilidade, estabilidade, desempenho e continuidade do serviço, bem como verificar o atendimento aos prazos de resposta e solução de falhas, conforme os parâmetros definidos em SLA.

7.1.3. A fiscalização deverá registrar eventuais ocorrências, falhas, interrupções ou não conformidades, comunicando formalmente à Contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis dentro dos prazos estipulados.

7.1.4. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços no período de referência, mediante apresentação da Nota Fiscal, observando as condições previstas neste Termo de Referência e no contrato.

7.1.5. Verificada a prestação inadequada do serviço, o descumprimento de níveis de serviço ou quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá aplicar as sanções previstas contratualmente, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.



7.2. **São obrigações da Contratante:**

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, certificando-se de que estejam sendo prestados de acordo com as especificações técnicas, prazos, níveis de serviço (SLA) e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.2.2. Efetuar o pagamento devido à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato, observada a regularidade fiscal e contratual.

7.2.3. Disponibilizar as informações, acessos e esclarecimentos necessários para a adequada execução dos serviços, quando solicitados pela Contratada.

7.2.4. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, interrupções ou não conformidades identificadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis.

7.2.5. Permitir o acesso da Contratada aos locais necessários para a instalação, manutenção e operação da infraestrutura relacionada ao serviço, desde que previamente autorizado e observadas as normas internas do Município.

7.2.6. Disponibilizar, no Centro de Tecnologia da Informação (CETEC), localizado na Rua das Andorinhas, nº 366, Vila das Árvores, CEP 19820-090, Tarumã/SP, a infraestrutura mínima necessária para ativação do serviço, compreendendo tomada elétrica tripolar com tensão estabilizada de 110V, tubulação (dutos) desobstruída com fio guia e cabeamento interno desde o ponto de terminação da rede da Contratada (PT) até o local de instalação dos equipamentos.

7.2.7. Exercer a fiscalização ampla e irrestrita sobre a execução do contrato, inclusive quanto ao cumprimento dos níveis de serviço acordados, sem que isso implique corresponsabilidade da Contratante pela execução do objeto.

7.3. **São obrigações da Contratada:**

7.3.1. Prestar os serviços de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica em conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço (SLA), prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada;

7.3.2. Garantir a disponibilidade, estabilidade, desempenho e continuidade dos serviços durante toda a vigência contratual, observando os parâmetros técnicos definidos;



7.3.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, especialmente aquelas relativas à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica;

7.3.4. Providenciar a imediata correção de falhas, interrupções, degradações ou irregularidades apontadas pela Contratante ou identificadas por meio de monitoramento, respeitando os prazos estabelecidos em SLA;

7.3.5. Disponibilizar suporte técnico especializado em regime 24x7, com canais formais para abertura e acompanhamento de chamados, assegurando atendimento dentro dos prazos contratualmente definidos;

7.3.6. Comunicar previamente à Contratante, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, a ocorrência de paradas programadas para manutenção preventiva ou ajustes técnicos;

7.3.7. Arcar integralmente com quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas, omissões, imperícia ou irregularidades na execução dos serviços;

7.3.8. Responsabilizar-se por toda a infraestrutura, materiais, equipamentos, mão de obra, instalação, configuração, operação e manutenção necessários à plena execução do objeto, limitados ao escopo do objeto contratado, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;

7.3.9. Manter políticas de segurança física e lógica aplicáveis à infraestrutura utilizada na prestação do serviço, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das comunicações;

7.3.10. Observar e cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, bem como a legislação municipal, estadual e federal pertinente, incluindo as disposições da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, especialmente quanto à autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);

7.3.11. Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante, devidamente justificada;

7.3.12. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e disponibilizando informações técnicas necessárias ao acompanhamento da execução contratual;

7.3.13. Cumprir integralmente as disposições do Edital, deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar que o fundamenta, do contrato, bem como da Lei nº



14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante atesto da fiscalização do contrato, após a ativação dos links dedicados e a realização dos testes de conectividade, desempenho, disponibilidade e demais parâmetros técnicos previstos neste Termo de Referência.

8.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.3. A implantação, instalação e ativação dos serviços deverão ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização para Início dos Serviços emitida pela Contratante, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências técnicas adicionais para a verificação do atendimento das condições contratuais ou dos níveis de serviço pactuados.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou funcionamento, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo destinado à correção, pela Contratada, de falhas, interrupções, degradações do serviço ou inconsistências na Nota Fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente, identificadas durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8. Todos os custos relacionados à implantação, ativação, operação, manutenção, suporte técnico, monitoramento, correção de falhas, tributos e demais encargos necessários à execução do serviço correrão exclusivamente por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Contratante.



8.2. **Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. **Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

8.4. **Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. Tendo em vista que o objeto desta aquisição possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, a contratação será realizada por licitação na modalidade pregão eletrônico, nos termos do Artigo 29 da Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme Art. 33, I da mesma Lei.

9.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. Habilitação Técnica

9.2.1.1 A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, especialmente quanto ao fornecimento de link dedicado de acesso à internet por fibra óptica, com banda igual ou superior a 100 Mbps.

9.2.1.2 O atestado deverá conter identificação da entidade emitente, descrição dos serviços prestados e declaração de que os serviços foram executados de forma satisfatória.



9.2.2. Habilitação jurídica

- 9.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



9.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- 9.2.3.5. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);
- 9.2.3.6. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- 9.2.3.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.2.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.2.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.2.3.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei



Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O Departamento de Licitação apresentará o custo estimado total da contratação com base em Pesquisa de Preços, no momento oportuno, o qual será contemplado no Edital.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Tarumã, 10 de Março de 2026.

Amile Araujo Lopes
Analista Programadora - UGB Tecnologia da Informação
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

